

## Autoridade Nacional de Protecção Civil

## Aviso n.º 16197/2011

**Procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, tendo em vista o preenchimento de 1 (um) posto de trabalho, da carreira unicategorial de técnico superior.**

Nos termos do artigo 30.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de Abril, informam-se os interessados de que o projecto de lista de candidatos admitidos e excluídos ao procedimento concursal comum para o preenchimento de um posto de trabalho da carreira de técnico superior, na modalidade de relação jurídica de emprego público, titulada por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, a que se refere o aviso de abertura n.º 14107/2011, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 133, de 13 de Julho de 2011, encontra-se disponível para consulta em [www.proci.pt](http://www.proci.pt), assim como em local visível e público, nas instalações da Sede da Autoridade Nacional de Protecção Civil sita na Av. do Forte, 2794-112 Carnaxide.

Para efeitos do exercício de audiência dos interessados a que se refere o artigo 31.º, n.º 1, da Portaria n.º 83-A/2009, e conforme o n.º 1 do artigo 101 do Código do Procedimento Administrativo, os interessados têm o prazo de 10 dias úteis para, querendo, dizerem o que se lhes oferecer.

9 de Agosto de 2011. — A Presidente do Júri, *Olga Maria Calixto Morais*.

205026774

## Despacho n.º 10476/2011

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 37.º do Código do Procedimento Administrativo e nos termos do n.º 2 do despacho n.º 10063/2011, de 18 de Julho de 2011, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 154, de 11 de Agosto, subdelego no comandante operacional distrital de Aveiro António Manuel Pinto Soares Machado, no comandante operacional distrital de Beja Victor Manuel Silva Cabrita, no comandante operacional distrital de Braga Hercílio da Silva Almeida Campos, no comandante operacional distrital de Bragança Carlos Alberto Rodrigues Alves, no comandante operacional distrital de Castelo Branco Rui dos Santos Martins Esteves, no comandante operacional distrital de Coimbra António Fernando Ferreira Martins, no comandante operacional distrital de Évora José Maria Lopes Ribeiro, no comandante operacional distrital de Faro, em regime de substituição, Abel Renato Caldeira Gomes, no comandante operacional distrital da Guarda António Fernando Carvalho Fonseca, no comandante operacional distrital de Leiria José Manuel do Vale Moura Ferreira Gomes, no comandante operacional distrital de Lisboa Elísio Lázaro de Oliveira, no comandante operacional distrital de Portalegre Luís Manuel Belo Costa, no comandante operacional distrital do Porto José António Teixeira Leite, no comandante operacional distrital de Santarém Joaquim António dos Santos Chambel, no comandante operacional distrital de Setúbal Dinis Emiliano de Jesus, no comandante operacional distrital de Viana do Castelo Paulo Jorge Afonso de Carvalho Esteves, no comandante operacional distrital de Vila Real Carlos Manuel Gomes Matos da Silva e no comandante operacional distrital de Viseu António César Silva Rodrigues da Fonseca, no âmbito dos respectivos Distritos, as competências previstas na alínea a) dos n.ºs 1 e 2 do artigo 39.º da Lei n.º 27/2006, de 3 de Julho, relativas à convocação e presidência das comissões distritais de protecção civil.

2 — Nos termos do disposto no artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo, ficam ratificados todos os actos praticados pelos Comandantes Operacionais Distritais, no âmbito da presente subdelegação de competências, desde a presente data e até à data de publicação do presente despacho.

3 — O presente despacho entra em vigor na data da sua publicação.

11 de Agosto de 2011. — O Presidente, *Arnaldo Cruz*.

205024376

## Direcção-Geral de Administração Interna

## Aviso n.º 16198/2011

Nos termos do n.º 6 do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, aplicável por força do disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 73.º do Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas, torna-se público que os seguintes trabalhadores concluíram com sucesso o período experimental da carreira/categoria de assistente técnico, na sequência da celebração, com esta Direcção-Geral de Administração Interna, de

contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, tendo obtido a seguinte avaliação:

Ana Paula Lourenço — 18 Valores

Nuno A. Silva — 18 Valores

11 de Agosto de 2011. — O Director-Geral da Administração Interna, em regime de substituição, *Jorge Manuel Ferreira Miguéis*.

205022675

## Governo Civil de Setúbal

## Mapa n.º 9/2011

Mapa a que se refere o n.º 1 do art.º 1.º conjugado com o n.º 1 art.º 2.º da Lei n.º 26/94, de 19 de Agosto 1.º semestre do ano 2011.

## Serviço Processador do Subsídio: Governo Civil de Setúbal

Beneficiário	Data da decisão	Montante (euros)
Estuna — Tuna Engenharia EST Setúbal — Setúbal .....	15-03-2011	300
Ajagato — Associação Juvenil Amigos do Gato — Setúbal .....	16-03-2011	800

11 de Agosto de 2011. — A Secretária do Governo Civil, *Cristina Baptista Rodrigues*.

205026499

## MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

## Direcção-Geral da Política de Justiça

## Aviso n.º 16199/2011

**Abertura de procedimento concursal comum para preenchimento de 2 (dois) postos de trabalho na categoria/carreira de Assistente Técnico, na área funcional Administrativa e Financeira, do mapa de pessoal da Direcção-Geral da Política de Justiça, na modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado.**

1 — Nos termos do disposto nos n.ºs 2 e 4 do artigo 6.º e no artigo 50.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, no artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de Abril de 2011 (adiante designada de Portaria), na Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, e no Despacho n.º 15248-A/2010, de 6 de Outubro, faz-se público que, por meu despacho de 10 de Agosto de 2011, no uso da competência conferida pelo n.º 3 do Despacho n.º 2210/2011, de 31 de Janeiro, se encontra aberto pelo prazo de 10 dias úteis, a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, procedimento concursal comum com vista ao preenchimento de dois postos de trabalho na categoria/carreira de Assistente Técnico, previstos e não ocupados no mapa de pessoal da Direcção-Geral da Política de Justiça, na modalidade de relação jurídica de emprego público a constituir por contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado.

2 — Legislação aplicável — o presente procedimento concursal rege-se pelas disposições aplicáveis da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, na sua redacção actual, Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de Abril, e Código do Procedimento Administrativo.

3 — Prazo de validade — o procedimento concursal é válido para os postos de trabalho em referência e caduca com a ocupação, sem prejuízo das demais causas de cessação do procedimento concursal.

4 — Para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 4.º da Portaria, declara-se não estarem constituídas reservas no próprio Organismo, confirmando-se, nesta data, a inexistência de reservas de recrutamento constituídas pela Entidade Centralizada para a Constituição de Reservas de Recrutamento (ECCRC), através de consulta feita à Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP).

5 — Local de Trabalho — Direcção-Geral da Política de Justiça, sita na Avenida Óscar Monteiro Torres, n.º 39, 1000 — 216 Lisboa.

6 — Competências da Divisão Administrativa e Financeira:

Actividade desenvolvida no âmbito das competências definidas para a Divisão Administrativa e Financeira, nos termos do Despacho n.º 15355/2007, de 13 de Julho, nomeadamente, preparar a proposta de orçamento;